



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 53458-3 – Comarca do Recife

Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública – Recife/PE

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Israel Jair da Silva

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. LICENCIAMENTO *EX-OFFICIO*. MILITAR NÃO-ESTÁVEL. SINDICÂNCIA SUMÁRIA. OBSERVÂNCIA DA AMPLA DEFESA. *BIS IN IDEM*. INOCORRÊNCIA. REEXAME PROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. De acordo com a Lei nº 6.783/74, a aplicação da penalidade de licenciamento de ofício ao militar não-estável não requer maiores procedimentos, sendo necessária apenas uma análise sumária das fichas disciplinares dos praças para que a administração os afaste do serviço, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade e com base em simples sindicância sumária, a qual, nos moldes do estatuto, prescinde de contraditório e ampla defesa. 2. É de se ressaltar, contudo, que, com esteio no que preceitua o art. 5º, LV, da Carta Magna de 1988, tem prevalecido nos Tribunais Superiores o entendimento de que somente se afigura válido o ato administrativo punitivo quando assegurado ao acusado, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa. 3. No caso em apreço, verificou-se que o apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe estavam sendo imputadas, bem como do procedimento administrativo (fls. 35/110) que resultou em seu licenciamento, haja vista o fato do mesmo ter sido ouvido durante a sindicância sumária instaurada para apurar irregularidade, como demonstra o termo de declaração de fls. 43/44, sendo certo que poderia ter apresentado defesa e não o fez. 4. O mencionado direito de defesa também poderia ter sido exercido em sua plenitude através da interposição de recurso administrativo em face da decisão de licenciamento, nos moldes do art. 50 da Lei nº 6.783/74, sendo que o apelado em momento algum



193

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

procurou exercê-lo, o que torna impraticável a arguição de cerceamento de defesa neste momento. 5. Por fim, quanto à alegação de ocorrência de *bis in idem*, cabe evidenciar que, em verdade, o indigitado licenciamento se materializou pelo conjunto das transgressões funcionais praticadas pelo apelado as quais não mais recomendaram a permanência do mesmo nas hostes da PMPE. 6. Reexame necessário unanimemente provido, prejudicado o apelo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 53458-3, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2009, em dar-lhe provimento de forma unânime, prejudicado o apelo, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 07 de dezembro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 53458-3 – Comarca do Recife

Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública – Recife/PE

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Israel Jair da Silva

RELATÓRIO

Cuida-se de Reexame necessário em face de sentença que, nos autos da Ação de Nulidade de Ato Administrativo nº 001.1994.009041-5, julgando procedente o pedido feito na exordial, decretou a nulidade do ato de licenciamento do ora apelado por vislumbrar a ocorrência de *bis in idem* e violação ao direito de defesa, determinando sua reinclusão nos quadros da Polícia Militar de Pernambuco, tendo ainda condenado o Estado-Réu ao pagamento de honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) incidentes sobre o valor da condenação.

Houve interposição de apelação por parte do Estado, razões às fls. 120/123, onde se pugna pela reforma da sentença vergastada, sob o argumento de que a mesma não se adequa aos comandos insculpidos na legislação específica que rege os policiais militares.

Contrarrazões do apelado às fls. 125/127, pelo improvimento do recurso de Apelação.

A Douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 135/136, opinou pelo provimento do recurso voluntário.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 03 de novembro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 53458-3 - Comarca do Recife

Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública - Recife/PE

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Israel Jair da Silva

VOTO

Depreende-se dos presentes autos que o ora apelado ingressou como praça nas fileiras da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 09 de agosto de 1986, tendo sido licenciado *ex officio*, a bem da disciplina, no dia 21 de novembro de 1991 pelo Comandante Geral da Polícia Militar, conforme ato publicado no Boletim Geral da Corporação Castrense acostado às fls. 10, vez que contava apenas com 5 (cinco) anos e 03 (três) meses de efetivo exercício e, portanto, não gozava ainda da estabilidade, que, nos termos do art. 49, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 6.783/74 (Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco), só é adquirida aos 10 (dez anos) de serviço público efetivo.

Como cediço, a distinção entre policiais militares estáveis e não-estáveis operada pelo sobredito Estatuto dos Policiais Militares reside, principalmente, no que se refere às formalidades a serem observadas pelo Administrador para fins de desligamento compulsório dos mesmos dos quadros da corporação, senão vejamos o que dispõe o art. 109, §2º, "c", da referida Lei:

Art. 109 - O licenciamento do serviço ativo, aplicado somente aos praças, se efetua:

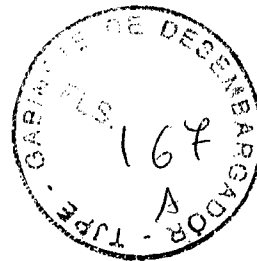
(...)

§2º - O licenciamento "ex-officio" será feito na forma da legislação peculiar:

(...)

c) a bem da disciplina.

Como visto, a aplicação da penalidade de licenciamento de ofício ao militar não-estável não requer maiores procedimentos, sendo necessária apenas uma análise sumária das fichas disciplinares



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

dos praças para que a administração os afaste do serviço, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade e com base em simples sindicância sumária, a qual, nos moldes do estatuto, prescinde de contraditório e ampla defesa.

Todavia, não obstante as supracitadas previsões infraconstitucionais, impende ressaltar que, com esteio no que preceitua o art. 5º, LV, da Carta Magna de 1988, tem prevalecido nos Tribunais Superiores o entendimento de que somente se afigura válido o ato administrativo punitivo quando assegurado ao acusado, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MILITAR. NÃO-ESTÁVEL. LICENCIAMENTO. AMPLA DEFESA. 1. Policial militar do Estado de Santa Catarina não-estável. Licenciado da corporação a bem da disciplina. Alegação de ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. 2. Segundo a jurisprudência desta Suprema Corte, o desligamento de militar, ainda que não-estável, pressupõe defesa e contraditório prévios. Precedente: RE 339.989, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 19.12.2002. 3. Entretanto, conforme ficou assentado na instância de origem, a licença do agravante foi precedida de procedimento específico, no qual lhe foi concedida oportunidade para arrolar testemunhas e apresentar razões de defesa. Cumprimento das exigências constitucionais. 4. Agravo regimental improvido (RE 424808 AgR / SC, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Órgão Julgador: Segunda Turma, DJ 18/10/2005).

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR NÃO ESTÁVEL. LICENCIAMENTO. SINDICÂNCIA SUMÁRIA. LEGALIDADE. 1. A Constituição da República assegura aos servidores estáveis que a perda de seus cargos somente poderá se processar mediante processo administrativo disciplinar, oportunizada a ampla defesa. 2. É firme o constructo doutrinário-jurisprudencial no sentido de que, mesmo a servidor ainda não acobertado pelo manto da estabilidade, deve ser assegurada a ampla defesa, bastando, para tanto, a sindicância. 3. No âmbito da Polícia Militar de Pernambuco, a estabilidade dos praças é alcançada aos dez anos de efetivo exercício (artigo 49, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 6.783/74). 4. Não sendo estáveis, desnecessária a instauração de processo administrativo disciplinar para o licenciamento dos militares, bastando a sindicância, desde que assegurada a ampla defesa. 5. Recurso improvido. (RMS 11340 / PE, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalho, DJU de 02.02.2004).



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

197

Neste particular, entendo oportuno ressaltar que, a meu ver, as garantias de ampla defesa e contraditório transcendem o próprio advento da Constituição Federal de 1988, de forma que mesmo em relação aos atos de licenciamento praticados anteriormente à sua vigência devem ser observados os aludidos institutos, quedando irrelevante o fato da legislação estadual de regência não assegurá-los aos militares não-estáveis.

Corroborando o entendimento acima exposto, a Súmula nº 20 do STF, aprovada na Sessão Plenária de 13/12/1963, que assevera ser "necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso".

No caso em apreço, a despeito da discussão acerca do cabimento ou não de contraditório e ampla defesa em relação aos atos praticados na vigência de constituições pretéritas, verifico que o apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe estavam sendo imputadas, bem como do procedimento administrativo (fls. 35/110) que resultou em seu licenciamento, haja vista o fato do mesmo ter sido ouvido durante a sindicância sumária instaurada para apurar irregularidade, como demonstra o termo de declaração de fls. 43/44, sendo certo que poderia ter apresentado defesa e não o fez.

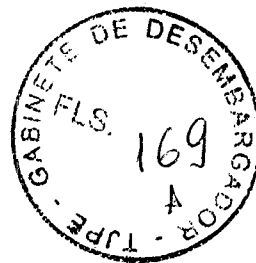
Outrossim, observo que o mencionado direito de defesa também poderia ter sido exercido em sua plenitude através da interposição de recurso administrativo em face da decisão de licenciamento, nos moldes do art. 50 da Lei nº 6.783/74, sendo que o apelado em momento algum procurou exercê-lo, o que torna impraticável a arguição de cerceamento de defesa neste momento.

No mais, quanto à alegação de ocorrência de *bis in idem*, cabe evidenciar que, em verdade, o indigitado licenciamento se materializou pelo conjunto das transgressões funcionais praticadas pelo apelado as quais não mais recomendaram a permanência do mesmo nas hostes da PMPE.

Neste íterim, destaque-se que, consoante documento acostado às fls. 10, o recorrido encontrava-se classificado no Comportamento "MAU", constando em sua ficha disciplinar 02 (duas) prisões, sendo uma com 01 (um) dia em separado, perfazendo um total de 45 (quarenta e cinco) dias de sanções disciplinares aplicadas por motivos diversos, o que se mostra suficiente para comprovar o antagonismo de sua presença com os padrões disciplinares da Corporação.

04 - RNAC 53458-3

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Destarte, tendo em vista que a exclusão do apelado resultou de uma avaliação global da sua conduta, bem como que o questionado ato de licenciamento fora praticado sob os auspícios da legislação de regência e em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, dúvida não há da impossibilidade de se submeter a questão ao crivo do judiciário, haja vista o disposto no art. 2º, da CF/88.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. POLICIAL MILITAR NÃO ESTÁVEL. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. LEGALIDADE. 1. É sólido o entendimento perante o Supremo Tribunal Federal no sentido de ser admissível procedimento administrativo sem maiores rigores formais em caso de exclusão de policial militar não estável. 2. O cometimento de transgressões que afetem o sentimento de dever, a honra pessoal, o pudor militar, o decoro da classe, bem como a incidência no 'comportamento mau', verificada a 'impossibilidade de melhoria', autorizam o licenciamento ex officio, a bem da disciplina, de militar com menos de dez anos de serviço ativo. 3. A oportunidade de defesa dá-se nos termos do art. 50 da Lei Estadual nº 6.783/74. 4. Ato de licenciamento suficientemente motivado, não padecendo de vício de nulidade. 4. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário (AC 28407-7, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, DJ 30/4/2009).

Feitas estas considerações, voto pelo provimento do Reexame necessário, reformando-se a sentença vergastada para considerar incólume o ato de licenciamento do ora apelado, com a inversão do ônus da sucumbência, prejudicado a apelo.

É como voto.

Recife, 03 de 12 de 2007

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto



199

Reexame necessário e apelação cível nº 53458-3 - Comarca do Recife

Remetente: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública.

Apelante: Estado de Pernambuco.

Apelado: Israel Jair da Silva.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de reexame necessário e apelação cível em face de decisão que julgou procedente o pleito autoral, no sentido de reconhecer a nulidade do ato de licenciamento do apelado, com a sua conseqüente reinclusão nos quadros da Polícia Militar de Pernambuco, em virtude da ocorrência do *bis in idem*, além de violação ao seu direito de defesa, arbitrando, por fim, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Constata-se, da análise dos autos, que o ora apelado ingressou como praça nas fileiras da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 09 de agosto de 1986, tendo sido licenciado *ex officio*, a bem da disciplina, em 21 de novembro de 1991, conforme documento de fls. 10, contando com cinco anos e três meses de efetivo exercício, não gozando ainda da estabilidade estabelecida pela Lei nº 6.783/74, que exige dez anos de serviço público efetivo.

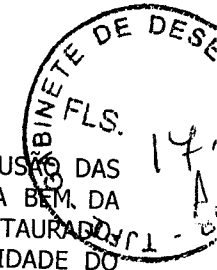
Nesse sentido, observo que, da leitura da legislação de regência, bem como da análise da jurisprudência sedimentada nesta Corte Local de Justiça, pode-se constatar que o ato de licenciamento de ofício de militares não estáveis deve constituir-se em sindicância sumária simplificada, concentrada na análise das fichas funcionais dos servidores, conforme ocorrido na hipótese ora analisada.

Verifico ainda que o ora apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe foram imputadas, tendo, inclusive, sido ouvido durante a referida sindicância sumária instaurada, conforme termo de declaração de fls. 43/44, o que demonstra que houve oportunidade para que o mesmo apresentasse defesa.

Ademais, poderia o acusado, nos termos do ar. 50, da Lei nº 6.783/74, ter exercido o seu direito de defesa através da interposição de recurso administrativo, o que apenas confirma a ausência do alegado cerceamento do direito de defesa na espécie.

Deita feita, concluo que o ato de licenciamento de ofício do apelado deve ser considerado legítimo, uma vez que resultou do comportamento global apresentado pelo agente público, tendo sido observada a legislação de regência em todos os seus termos, motivo pelo qual torna-se descabida a ingerência do Poder Judiciário no mérito do referido ato administrativo, conforme preleciona aresto bastante elucidativo, proferito por esta Corte Local de Justiça, vejamos:

Q

200/ 
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DAS
FILEIRAS DA POLÍCIA MILITAR. LICENCIAMENTO EX OFFICIO A BEM DA
DISCIPLINA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LEGALMENTE INSTAURADO
RESPEITADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. PUBLICIDADE DO
ATO. EXCLUSÃO POR ATITUDES INCOMPATÍVEIS COM PUNDONOR POLICIAL-
MILITAR. RECURSO DE AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA
UNÂNIME. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. 1. Do procedimento
administrativo instaurado em consonância com os termos da legislação
pertinente, bem como com os ditames constitucionais, sobretudo aqueles
referentes ao contraditório e à ampla defesa, pode resultar punições
disciplinares, inclusive a exclusão dos integrantes da Polícia Militar. 2. O policial
militar que pratica condutas incompatíveis com o cargo que ocupa, indo de
encontro aos padrões de disciplinares exigidos pela corporação, deve ser
submetido a procedimento administrativo e, caso comprovadas as
irregularidades, excluído da caserna. 3. Recurso a que se nega provimento de
forma unânime. Mantida a decisão terminativa (RA 173261-8/01, 7CC, Rel. Des.
Fernando Cerqueira, julgado em 31/03/2009).

Em face de todo exposto, voto pelo provimento do reexame
necessário e apelação cível ora analisado, devendo a sentença vergastada ser
reformada, de maneira a considerar-se lícito o ato de licenciamento de ofício do
ora apelado, invertendo-se o ônus da sucumbência, restando prejudicado o
apelo.

É como voto.

Recife, 3 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor